



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PARA DE MINAS - FMS PARA DE MINAS

Município: PARÁ DE MINAS/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	5
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	18
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	18
VIII - CONCLUSÃO	18
IX - FOLHA DE ASSINATURA	20
X - ANEXOS	21





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada Eixo COVID-19

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PARA DE MINAS - FMS PARA DE MINAS

CPF/CNPJ: 02.884.794/0001-29

Município/UF: PARÁ DE MINAS-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PARA DE MINAS - FMS PARA DE MINAS

CPF/CNPJ: 02.884.794/0001-29

Município/UF: PARÁ DE MINAS/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: MARÇO DE 2020 A MARÇO DE 2021

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	16/12/2020	31/03/2021
Execução - In loco	10/05/2021	14/05/2021
Relatório	17/05/2021	17/06/2021
Execução - In loco	12/07/2021	15/07/2021
Execução - In loco	08/11/2021	12/11/2021

Tarefa Nº: 123912

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

1-FATOR DESENCADEANTE:

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria-CEA /SUS-MG-Exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

2- OBJETIVO E ESCOPO:

Realizar auditoria programada na Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas tendo como unidade visitada o Hospital Nossa Senhora da Conceição, com objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas respectivas unidades no enfrentamento da COVID-19, no período de março de 2020 a abril de 2021.

3-CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE AUDITORIA:



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Pará de Minas é município da Macrorregião de Saúde Oeste e sede da microrregião. Possui população estimada de 91.969 habitantes (estimativa IBGE 2020). É habilitado em gestão sobre prestadores, conforme Deliberação CIB-SUS/MG n.1823 de 12 de maio de 2014.

Considerando o quadro de emergência em saúde pública em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-COV-2), o município de Pará de Minas elaborou o Plano de Contingência para enfrentamento ao novo coronavírus-COVID-19. O objetivo do plano de contingência é de organizar as ações de prevenção, controle, instrumentalizar os serviços de saúde da rede de atenção à saúde públicos, privados, filantrópicos, a fim de evitar a propagação do vírus e a redução de danos causados pelo mesmo à população.

De acordo com o Plano de Contingência Operativo da Macro Oeste, a SMS/Pará de Minas e o Hospital Nossa Senhora da Conceição, prestador contratado sob sua gestão, atuará como hospital de referência SRAG, prioridade 1º.

Conforme dados do Plano de Contingência Operativo da Macro Oeste, a microrregião de Pará de Minas, possui 76 leitos clínicos COVID disponíveis para SUS, com necessidade de ampliação de mais 17 leitos; em relação aos leitos de UTI COVID, a microrregião possui 47 leitos disponíveis para o SUS, sem necessidade de ampliação.

A SMS/Pará de Minas tem sob gestão o Hospital Nossa Senhora da Conceição, atuando como hospital de referência SRAG, prioridade 1º, com 30 leitos de UTI COVID e 32 leitos clínicos.

A unidade hospitalar visitada no município de Pará de Minas, é o Hospital Nossa Senhora da Conceição, CNPJ 01.816.967/0001-09, CNES n. 2206064, entidade sem fins lucrativos. A instituição foi contemplada com incentivos para disponibilização de Leitos COVID-19 por meio das Resoluções SES/MG nº 7446 de 19/03/2021 e Resolução SES/MG nº 7482 de 20/04/2021.

IV - METODOLOGIA

FASE ANALÍTICA

Para subsidiar a fase operativa da auditoria, foram analisados os seguintes documentos e realizadas as seguintes consultas:

- Matrizes de Análises e Coletas de Informações da Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas;
- Análise dos instrumentos jurídicos formalizados com o prestador, conforme critérios exigidos na legislação para enfrentamento da COVID-19, nas ações de média e alta complexidade;
- Análise de documentação contábil, referente a recursos financeiros recebidos para enfrentamento da COVID-19;
- Análise referente a prestação de contas dos recursos recebidos para enfrentamento da COVID-19;
- Consulta ao SEI (Sistema Eletrônico de Informação), processos números 1320.01.0139343/2020-79 e 1320.01.0139337/2020-47;
- Consulta a documentação enviada pela SMS/Pará de Minas através de <https://drive.google.com/drive/folders/>;
- Consulta ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES n. 6528341);
- Consultas aos sites: <https://consultafns.saude.gov.br>; saudelegis.saude.gov.br; www.transparencia.gov.br;
<https://www.saude.mg.gov.br/sobre/institucional/resolucoes>;

FASE OPERATIVA

A fase operativa da auditoria ocorreu no período de 10 a 14 de maio de 2021. A equipe de auditores foi composta pelo ARAS/Patos de Minas e ARAS/Montes Claros. Realizada reunião de abertura dos trabalhos de auditoria no dia 10 de maio de 2021 e de encerramento, em 13 de maio de 2021, na presença do secretário municipal de saúde de Pará de Minas (W.M.S) e a equipe técnica da secretaria municipal de saúde.



Durante os trabalhos realizados pela equipe de auditores, o auditado disponibilizou a estrutura necessária para realização dos mesmos. Foram realizadas reuniões com os responsáveis pelas áreas contábeis e assistenciais da secretaria municipal.

LIMITAÇÕES

A equipe de auditores não encontrou limitações para realização dos trabalhos.

ANEXO

ANEXO 01- Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferido pelo Fundo Municipal de Saúde(FMS) de Pará de Minas ao Hospital Nossa Senhora da Conceição no período de março de 2020 a maio de 2021.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632513

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Formalização

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital Nossa Senhora da Conceição para repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e Municipal), referentes ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade, de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

Evidência: A Secretaria Municipal de Saúde utilizou, para repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e Municipal), referentes ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição, a Contratualização já existente e em vigor com a instituição, aditando o Termo original do Contrato de número 179/2019 de 23 de setembro de 2019 a cada recurso recebido e a ser repassado. Neste sentido foram celebrados os seguintes termos aditivos, nas datas e com os objetos abaixo relacionados:

- 1 - Nono Termo Aditivo, em 09 de junho de 2020, objetivando acréscimo ao Contrato em epígrafe, devido ao incentivo financeiro mencionado no anexo XXIV, Auxílio Financeiro Emergencial em atendimento a Portaria GM/MS nº 1393 de 21 de maio de 2020 e a Portaria MS/GM nº 1448, de 29 de maio de 2020;
- 2 - Décimo Termo Aditivo, em 17 de julho de 2020, objetivando acréscimo do anexo XXIV do Contrato, em atendimento à Portaria GM/MS nº 827, de 15 de abril de 2020;
- 3 - Décimo Primeiro Termo Aditivo, em 21 de agosto de 2020, objetivando o acréscimo dos incentivos financeiros de origem Federal, aprovados pelas Portarias GM/MS de nº 1666 de 01/07/2020 e GM/MS nº 1769 de 15/07/2020;
- 4 - Décimo Segundo Termo Aditivo, em 18 de setembro de 2020, objetivando o acréscimo do incentivo financeiro Municipal objetivando o fortalecimento da rede municipal de saúde e decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (SARS-COV-2);
- 5 - Décimo Terceiro Termo Aditivo, em 23 de outubro de 2020, objetivando a prorrogação da habilitação dos leitos de UTI - Unidade de Terapia Intensiva - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus, conforme Portaria GM/MS nº 2790 de 13/10/2020 e Prorrogação do Incentivo Financeiro Municipal Hospitalar (este não destinado especificamente para COVID);
- 6 - Décimo Quarto Termo Aditivo, em 05 de janeiro de 2021, objetivando a prorrogação da habilitação dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI - Adulto tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus - COVID-19 - conforme /Portaria GM/MS nº 3250 de 02/12/2020 e prorrogação da habilitação dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID - conforme Portaria GM/MS nº 3486 de 17/12/2020.

Constatação em conformidade com a Portaria de Consolidação de número 02/2017, Anexo 2 do Anexo XXIV, artigo 14; com o Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS-COV-2 (doença pelo Coronavírus - COVID-19) da Macrorregião Oeste, item V. Sistemas de Apoio - V.1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores Municipais, Inciso V ; com o Processo Licitatório nº 745/2019, Inexigibilidade número 003/2019, Termo de Contrato nº 179/2019 e seus Termos Aditivos.

Fonte da Evidência: - Processo de Licitação nº 745/2019. Inexigibilidade nº 003/2019;
- Contrato número 179/2019 de 23/09/2019;
- Termos Aditivos citados no campo Evidência.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632518

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Execução

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas não recebeu nenhum recurso financeiro do Fundo Estadual de Saúde para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Nossa Senhora da Conceição no período de abrangência da auditoria.

Evidência: Analisando a documentação solicitada (constante do Ofício de Comunicado de Auditoria) e disponibilizada pela Secretaria Municipal de Saúde no SEI e para verificação in loco, constatou-se que ela não recebeu nenhum recurso financeiro do Fundo Estadual de Saúde para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Nossa Senhora da Conceição no período de abrangência da auditoria.

Foram repassados pelo Fundo Estadual de Saúde, diretamente ao Hospital Nossa Senhora da Conceição os seguintes recursos financeiros:

- 1 - R\$ 256.000,00 referentes a Resolução SES/MG nº 7446 de 19/03/2021, destinados às ações de saúde para enfrentamento do Coronavírus - Covid-19 - a título de incentivo emergencial e temporário pela manutenção em atividade de leitos UTI SRAG referente ao mês de fevereiro de 2021 (Ações de Custeio), creditado ao prestador na data de 20/04/2021;
- 2 - R\$ 512.000,00 referentes a Resolução SES/MG nº 7482 de 20/04/2021, destinados às ações de saúde para enfrentamento do Coronavírus - Covid-19 - a título de incentivo emergencial e temporário pela manutenção em atividade de leitos UTI SRAG referente ao mês de março de 2021 (Ações de Custeio), creditado ao prestador na data de 12/05/2021.

Constatação em conformidade com a Resolução SES/MG nº 7446 de 19/03/2021 Artigo 1º, parágrafos 1º e 2º e Resolução SES/MG nº 7482 de 12/05/2021, Artigo 1º e 2º.

Fonte da Evidência: - Processo de Licitação de número 745/2019, Inexigibilidade número 003/2019 e seus Termos Aditivos;
- Resoluções SES/MG números 7446/2021 e 7482/2021;
- Extratos bancários do período de abrangência da auditoria da conta corrente do Prestador de número 75.657-1, agência 0292-5, do Banco do Brasil.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632520

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Execução

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Nossa Senhora da Conceição.



Evidência: Analisando a documentação solicitada pela equipe de auditores (constante do Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada pela entidade auditada no SEI e para verificação in loco, constatou-se que a Secretaria Municipal de Saúde aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Nossa senhora da Conceição.

Foram recebidos do FNS pelo FMS e repassados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição os seguintes recursos financeiros:

- R\$ 397.861,59 aprovado pela Portaria GM/MS nº 1393 de 21/05/2020;
- R\$ 2.630.414,35 aprovado pela Portaria GM/MS nº 1448 de 29/05/2020;
- R\$ 2.880.000,00 aprovado pela Portaria GM/MS nº 1769 de 15/07/2020;
- R\$ 960.000,00 aprovado pela Portaria GM/MS nº 2790 de 13/10/2020;
- R\$ 480.000,00 aprovado pela Portaria GM/MS nº 3250 de 02/12/2020;
- R\$ 960.000,00 aprovado pela Portaria GM/MS nº 3486 de 17/12/2020;
- R\$ 480.000,00 aprovado pela Portaria GM/MS nº 373 de 02/03/2021 e repassado ao Prestador através da Resolução SES/MG nº 7160 de 17/07/2020.

Constatação em conformidade com o Processo de Licitação nº 745/2019, Inexigibilidade nº 003/2019, Contrato nº 0179/2019 e seus Termos Aditivos; com a Portaria GM/MS nº 1393/2020, Artigos 1º e 2º; com a Portaria GM/MS nº 1448/2020, Artigos 1º e 2º; com a Portaria GM/MS nº 1769/2020, Artigos 1º e 3º; com a Portaria GM/MS nº 373/2021, Artigo 1º; com a Portaria GM/MS nº 2790/2020, Artigo 3º; com a Portaria GM/MS nº 3250, Artigo 3º; e com a Portaria GM/MS nº 3486/2020, Artigo 3º.

Fonte da Evidência: - Processo de Licitação nº 745/2019, Inexigibilidade nº 003/2019;
- Contrato nº 0179/2019 e seus Termos Aditivos;
- Portarias GM/MS nº 1393, 1448, 1769, 2790, 3250 e 3486;
- Extratos bancários das contas correntes do FMS e do Hospital Nossa Senhora da Conceição, do período de abrangência da auditoria.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632521

Subgrupo: Contrato

Item: Recebimento de Recurso Financeiro

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas aplicou adequadamente os recursos financeiros próprios para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Nossa Senhora da Conceição.

Evidência: Analisando a documentação solicitada (constante do Ofício de Comunicação da Auditoria) e disponibilizada pela Secretaria Municipal de Saúde no SEI e para verificação in loco, constatou-se a adequação na aplicação dos recursos financeiros próprios para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Nossa Senhora da Conceição.

O município, através do décimo segundo Termo Aditivo ao Contrato de nº 0179/2019, passou a transferir ao Hospital Nossa Senhora da Conceição recursos financeiros próprios da ordem de R\$ 6.123,26 mensais, totalizando o valor de R\$ 300.039,74 referentes aos 49 (quarenta e nove) meses restantes de vigência do Contrato nº 0179/2019, a serem aplicados em compensação da demanda extra de exames laboratoriais e na realização dos mesmos.

Constatação em conformidade com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 1º, Inciso II e Artigo 7º; Portaria de Consolidação nº 06/2017, Artigo 2º e com o 12º Termo Aditivo ao Contrato nº 0179/2019.

Fonte da Evidência: - Processo de Licitação de nº 745/2019, Inexigibilidade nº 003/2019;
- Contrato de nº 0179 de 17/09/2019;
- 12º Termo Aditivo ao Contrato de nº 0179/2019;
- Extratos bancários da conta corrente do Hospital Nossa Senhora da Conceição e do Fundo Municipal de Saúde,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



do período de abrangência da auditoria.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632522

Subgrupo: Contrato

Item: Aquisição de Materiais e equipamentos (licitação)

Constatação: Não ocorreram aquisições de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas destinados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição para enfrentamento à COVID-19.

Evidência: Analisando a documentação solicitada (constante do Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada pela Secretaria Municipal de Saúde no SEI e para verificação in loco, não foi verificada nenhuma aquisição de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde destinados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição para enfrentamento à COVID-19.

Constatação em conformidade com o Contrato nº 0179/2019 e seus Termos Aditivos.

Fonte da Evidência: - Cópia do Contrato de nº 0179/2020;

- Cópia dos Termos Aditivos ao Contrato de nº 0179/2020.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632523

Subgrupo: Contrato

Item: Pagamento

Constatação: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID-19 destinados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição estão em conformidade com os instrumentos jurídicos formalizados e com a legislação vigente.

Evidência: Analisando a documentação solicitada (constante do Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada pela Secretaria Municipal de Saúde no SEI e para verificação in loco, constatou-se adequação nos processos de pagamentos (empenho, liquidação e pagamento), referentes às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID-19 destinados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição, em relação aos instrumentos jurídicos formalizados e à legislação vigente, dentro dos prazos e condições previstos).

A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas utilizou, para efetuar os repasses de recursos financeiros recebidos referentes às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID-19 destinados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição, o Contrato existente entre as partes, de nº 0179/2019, originado do Processo Licitatório de nº 745/2019, Inexigibilidade nº 003/2019. A cada recurso financeiro recebido e a ser repassado ao Hospital o município celebrou um Termo Aditivo específico ao citado Contrato, tendo sido assinado os seguintes Termos Aditivos que têm como foco o enfrentamento da COVID-19:

- 1 - Nono Termo Aditivo, assinado em 09/06/2020 referente a acréscimo devido ao Auxílio Financeiro Emergencial, em atendimento a Portaria GM/MS nº 1393 de 21/05/2020 e a Portaria GM/MS nº 1448 de 29/05/2020. Valor: R\$ 3.028.275,94;
- 2 - Décimo Termo Aditivo, assinado em 17/07/2020 referente a procedimento de complementação de valor de sessão de hemodiálise em pacientes com suspeição ou confirmação de COVID-19, em atendimento a Portaria GM/MS nº 827 de 15/04/2020. Valor: R\$ 28.707,13;
- 3 - Décimo Primeiro Termo Aditivo, assinado em 21/08/2020 referente a acréscimo de internações em leitos clínicos COVID-19, previstos na Portaria GM/MS nº 1666 de 01/07/2020 e habilitação de leitos de UTI - Unidade de Terapia Intensiva - Adulto Tipo II - COVID-19 - previstos na Portaria GM/MS nº 1769 de 15/07/2020. Valores: R\$ 270.000,00 e R\$ 2.880.000,00 respectivamente;
- 4 - Décimo Segundo Termo Aditivo, assinado em 18/09/2020 referente a incremento mensal no valor de R\$ 6.123,26 referentes aos 49 (quarenta e nove) meses restantes de vigência do Contrato nº 179/2019 a serem utilizados para atender a demanda extra de exames laboratoriais gerada pela pandemia COVID-19. Valor: R\$ 300.039,74.



Constatação em conformidade com o Contrato nº 0179/2019, oriundo do Processo Licitatório nº 745/2019, Inexigibilidade nº 003/2019 e seus Termos Aditivos acima listados.

Fonte da Evidência: - Processo de Licitação nº 745/2019, Inexigibilidade nº 003/2019;
- Contrato nº 0179/2019 e seus Termos Aditivos, listados no campo Evidência;
- Extratos bancários das contas correntes do Fundo Municipal de Saúde e do Hospital Nossa Senhora da Conceição, do período de abrangência da auditoria.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 632723

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Contratualização

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas realiza acompanhamento da execução do instrumento jurídico firmado com o Hospital Nossa Senhora da Conceição para enfrentamento da COVID-19.

Evidência: A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas apresentou cópia do Termo de Contratualização nº 179/2019, celebrado entre a SMS/Pará de Minas e a Irmandade Nossa Senhora da Conceição, tendo como objeto a execução de atividades e serviços referentes ao Sistema Único de Saúde/SUS, por intermédio da pactuação de metas no âmbito do Programa de Reestruturação dos Hospitais Filantrópicos, de acordo com os anexos que integram o termo de contrato.

Foram celebrados termos aditivos com objetivo de ajustar o contrato celebrado, assim descritos: NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0179/2019, o qual acresce o Anexo XXIV-Auxílio Financeiro Emergencial; DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0179/2019, o qual acresce Anexo XXIV-complementação de valor de sessão de hemodiálise em pacientes com suspeição ou confirmação de COVID-19; DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0179/2019, o qual acresce ao anexo XXIV-transferência de recursos financeiros/habilitação de leitos de UTI adulto tipo II/COVID-19; DÉCIMO TERCEIRO E DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0179/2019-prorrogação da habilitação dos leitos de UTI adulto tipo II-COVID-19.

A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas, através do Ofício nº 84/2021, datado de 11 de maio de 2021, prestou informações e anexou documentos referente ao acompanhamento da execução do contrato firmado entre a secretaria municipal de saúde e o hospital Nossa Senhora da Conceição.

Através da Portaria Municipal nº 17.653/2020, foram designados os membros para comporem a Comissão de Acompanhamento da Contratualização e o Decreto Municipal nº 11.197/2020, constituindo a Comissão de Acompanhamento da Contratualização de Hospitais no âmbito do SUS. A comissão é composta por representantes do Hospital Nossa Senhora da Conceição, Conselho Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas. A reunião da comissão acontece quadrimestralmente para análise e elaboração do relatório de avaliação do cumprimento de indicadores e metas prevista no termo de contratualização.

Apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde, ata referente a 6ª reunião da Comissão Municipal de Acompanhamento de Contratualização, datada de 05 de março de 2021, referente ao 2º e 3º quadrimestre de 2020. De acordo com a ata, foi apresentado aos componentes da comissão, informações referente a repasses de recursos atinentes à pandemia COVID-19, taxa de ocupação de leitos, alterações contratuais com acréscimo de recursos financeiros, dispondo sobre auxílio financeiro emergencial, com objetivo de atuação no enfrentamento da pandemia COVID-19.

Constatação de acordo com Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art. 33; Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 37; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1.n; Termo de Contratualização nº 179/2019, celebrado entre o município de Pará de Minas e a Irmandade Nossa Senhora da Conceição, Cláusula Segunda-Das obrigações-III-AO MUNICIPIO/SMS, alíneas b, c, m; Anexo XVII-Comissão Permanente de Acompanhamento do Contrato; Resolução SES/MG Nº 7.384, de 29 de janeiro de 2021 Art. 7º e Anexo V,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Indicador 1, item 1.7; Resolução SES/MG Nº 7160, de julho de 2020, Art. 7º e Anexo V, indicador 1, item 1.7.

Fonte da Evidência: - Termo de Contratualização nº 179/2019 celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas e a Irmandade Nossa Senhora da Conceição, datado de 17 de setembro de 2018;

- Cópia de aviso de termo de contratualização nº 179/2019, firmado entre o município de Pará de Minas e a Irmandade Nossa Senhora da Conceição, publicado no Diário Oficial dos municípios mineiros no dia 01/10/2019, edição 2600;
- Cópia do nono termo aditivo ao contrato nº 179/2019, de ajustes de contrato, datado de 09/06/2020;
- Cópia do décimo termo aditivo ao contrato nº 179/2019, de ajustes de contrato, datado de 17/07/2020;
- Cópia do décimo primeiro termo aditivo ao contrato nº 179/2019, de ajustes de contrato, datado de 21/08/2020;
- Cópia do décimo terceiro termo aditivo ao contrato nº 179/2019, de ajustes de contrato, datado de 23/10/2020;
- Cópia do décimo quarto termo aditivo ao contrato nº 179/2019, de ajustes de contrato, datado de 05/01/2021;
- Ofício nº 84/2021, datado de 11/05/2021;
- Cópia de Decreto nº 11.197/2020, datado de 28/07/2020;
- Cópia de Portaria nº 17.653/2020, datado de 10/08/2020;
- Cópia de ata da Comissão Municipal de Acompanhamento da Contratualização datada de 05 de março de 2021;
- Cópia de relatório de avaliação do cumprimento de indicadores e metas, datado de 05/03/2021;
- Cópias de Resumo-Prestação de contas/ ano base 2020;
- Planilhas demonstrativas com registros referente a pagamento/data, documento, nota fiscal, objeto, fonte, valor mensal do período de janeiro a dezembro de 2020.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 633212

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas realiza acompanhamento de ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID 19.

Evidência: A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas apresentou cópia de Relatório Técnico Situacional/Perfil Epidemiológico dos Casos Confirmados-COVID-19, com registros de 3.210 casos, nos quais constam casos confirmados por data de início de sintomas do período de março de 2020 a Abril de 2021, estratificados por portadores de comorbidades, sexo, faixa etária, por regiões sanitárias, gravidade clínicas e óbitos.

Ainda conforme o relatório, as internações ocorridas por síndromes respiratórias agudas graves do Hospital Nossa Senhora da Conceição, totalizaram 316, no período de março de 2020 a abril de 2021. No relatório técnico constam informações contendo o dia da internação e taxa de ocupação diária.

Foram registradas informações do período de 20/03/2020 a 30/04/2021 referente aos leitos de UTI e leitos clínicos. De acordo com o relatório apresentado, os leitos clínicos obtiveram taxa de ocupação em 100% de sua capacidade, no período de 18/01/2021 a 29/01/2021; nos dias 04, 05 e 08/02/2021 e 29/03/2021.

Quanto aos leitos de UTI, no ano de 2020, foram registradas taxas de ocupação de 100% de sua capacidade, nos dias 18 e 19/08/2020; dias 13, 19 e 21/12/20 e de 25 a 28/12/2020; no ano de 2021, os meses referente ao período auditado, foram registradas taxas de ocupação de 100% nos leitos de UTI, nos dias 17, 19 e 25/03/2021; 11, 12, 16, 27 e 28/04/2021.

Apresentado cópia de Relatório Técnico/Minas Consciente/Micro de Pará de Minas, informando outros indicadores que passaram a serem monitorados, dentre os quais consta no item 4-taxa de ocupação de leitos UTI adulto e no item 5-taxa de ocupação por COVID-19. O relatório técnico/Minas Consciente, informa que o monitoramento dos novos indicadores será realizado por uma equipe da Secretaria Estadual de Saúde e divulgado através de Relatório do COES, semanalmente no site do Minas Consciente. De acordo com este relatório técnico, a Comissão Técnica de Enfrentamento à COVID-19 do município de Pará de Minas, acessará os dados para monitoramento. O município de Pará de Minas instituiu a comissão técnica de enfrentamento a Covid-19, através do Decreto nº 11.163/2020 em 29/06/2020.

Estando de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art. 5º, inciso II; Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus COVID-19) da Macrorregião Oeste, Item V. Sistemas de Apoio, Subitem V.1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



regulatório - Gestores municipais, itens III e IV.

Fonte da Evidência: - Relatório Técnico Situacional/Perfil Epidemiológico dos Casos Confirmados-COVID-19, datados de 12/03/2021 e 30/04/2021;
- Cópia do Decreto nº 11.163/2020, datado de 29/06/2020;
- Cópia de Relatório Técnico/Minas Consciente/Micro de Pará de Minas.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 633293

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Documentação/Registros

Constatação: A Secretaria Municipal Saúde de Pará de Minas, realiza controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição, no atendimento de casos da COVID.

Evidência: A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas, apresentou através do ofício SMSPM/AUD Nº 04/2021, relatório com dados referente a registros de taxa de ocupação de leitos de UTI e leitos clínicos do código SIGTAP 0303010223, Tratamento de infecção pelo Coronavírus-Covid-19. O relatório foi elaborado pela médica responsável pelo serviço de Controle e Avaliação, Regulação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde Dra. V.T.M.A. e servidora auxiliar de auditoria Sra. C.F.S.

Constam registros das internações realizadas no Hospital Nossa Senhora da Conceição. Informam que as internações foram devidamente avaliadas e auditadas pelo Setor de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria da Secretaria Municipal de Pará de Minas. Informaram que a codificação 0303010223-Tratamento de infecção pelo Coronavírus- COVID 19, está vinculada a apresentação do exame laboratorial e que o valor apresentado no relatório foi extraído do sistema SIHD2 após processamento e faturamento. Consta no relatório, quadro demonstrativo referente ao recebimento de recursos financeiros pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição, através da Portaria MS/1.666 de 01/07/2020/Auxílio Emergencial-Pandemia Covid 19 e ainda:valor total AIH, valor diária CTI Covid, Valor AIH s/CTI-Produzido e valores de AIH s/CTI pagos referentes aos meses de setembro a dezembro de 2020.

Demonstrado em planilha, relatório de ocupação de leitos regulados via Susfácil, com batimento entre as AIH's Susfácil e AIH codificadas e avaliadas;utilizado o sistema SUSfácil, como fonte de informação. Apresentado à equipe de auditores, planilha contendo registros de informações referentes a internações relacionados a internações Covid-19, na qual constam o número de solicitação Susfácil, número da AIH, data de internação e da alta, nome do pacientes, código do procedimento, cidade do paciente e valor total da AIH. A planilha foi elaborada pela médica supervisora municipal e pela auxiliar de auditoria e os dados tiveram como fonte o SIHD2,no período de julho a dezembro de 2020, e de janeiro a março de 2021.

Verificado pela equipe de auditores que a médica supervisora e a servidora auxiliar de auditoria executam suas atividades em sala reservada , nas dependências do Hospital Nossa Senhora da Conceição, com suportes operacionais para desenvolvimento de suas ações.

Os prontuários relacionados a internações por Tratamento de infecção pelo Coronavírus-COVID-19, código 0303010223, analisados pela equipe de auditores, foram reguladas através do Sistema Susfácil e autorizadas pela médica supervisora municipal,Dra. V.T.M.A.

De acordo com termo de informação, elaborado pela equipe que compõe o Serviço de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria do município de Pará de Minas, é realizado auditoria nos prontuários após alta hospitalar, quando da internação COVID e ainda supervisão hospitalar in loco de pacientes COVID-19. No final de cada competência é realizado o fechamento dos prontuários auditados dentro do Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado-SIHD.

Estando de acordo com acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV art. 10, inciso I; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, item 4.1, alínea n; Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 37; Portaria GM/MS 373 de 2 Março de 2021-Dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva-UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional e temporário; Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar-SIH janeiro/2017, item 4.3 p.9.

Fonte da Evidência: - Ofício SMSPM/AUD Nº 04/2021, datado de 13/03/2021;
- Planilha com registros de informações referentes a internações relacionados a internações Covid-19/Hospital



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Nossa Senhora da Conceição, código 0303010223-Tratamento de infecção pelo Coronavírus- COVID 19, período de Julho a dezembro de 2020 e de janeiro a março de 2021;

- Prontuários de pacientes internados com código SIGTAP 0303010223/Tratamento de infecção pelo Coronavírus-Covid-19, de março de 2020 a março de 2021;

- Laudos Susfácil, regulados e autorizados de pacientes COVID-19 e cópia de espelhos de AIH's.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632524

Subgrupo: Contrato

Item: Prestação de Contas

Constatação: A SMS não valida os dados referentes à prestação de contas parcial e/ou total do Hospital Nossa Senhora da Conceição, conforme estabelecido no instrumento jurídico firmado no termo de Contratualização nº 179/2019 e Termos de Metas nº 881/7160 e normas que regulamentam os repasses.

Evidência: Durante a auditoria verificou-se que não há registro de que os dados referentes às prestações de contas parcial e/ou total do Hospital Nossa Senhora da Conceição já disponibilizadas e entregues à Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas tenham sido validados.

Não ocorreu a apresentação, por exemplo, de atas de reuniões do Conselho Municipal de Saúde deliberando sobre o assunto, não ocorreu a apresentação de comprovantes de lançamentos das prestações de contas, mesmo que parciais, nos sistemas disponibilizados pela SES/MG (SEI, SIGRES e GEICOM), ou qualquer outra forma de validação dos referidos relatórios financeiros.

Constatação em desconformidade com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, artigo 10, incisos I e II.

Fonte da Evidência: - Prestações de contas referentes as Portarias GM/MS nº 1393, 1448, 1769, 2790, 3250 e 3486 já disponibilizadas para a Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do ofício da Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas número 57/2023 datado de 17 de Fevereiro de 2023/Assunto - Apresentação de Razões Recursais ao Relatório Preliminar de Auditoria - Ofício SES/AUDSUS nº 561/2022 - PROCESSO nº 1320.01.0139337/2020-47 - Auditoria realizada no Hospital Nossa Senhora da Conceição e Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas, a SMS/Pará de Minas (Pessoa Jurídica), se manifesta da seguinte forma:

Com cordiais cumprimentos e após recebimento do Ofício SES/AUDSUS nº 562/2022 e 561/2022 - Processo nº 1320.01.0139337/2020-47, cujo teor encaminha o Relatório Preliminar de Auditoria, realizada in loco no Hospital Nossa Senhora da Conceição e Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas, e tendo em vista a existência de constatações não conformes, vimos por meio deste, apresentar razões recursais para justificar as não conformidades e requerer a inaplicabilidade de penalidades.

Primeiramente, cumpre ressaltar que o OFÍCIO SES/AUDSUS nº 562/2022, encaminhado para pessoa física do Secretário Municipal de Saúde, já foi respondido pelo Ofício nº 41/2023, protocolo no SEI mediante recibo eletrônico de protocolo nº 60220364, em 03 de fevereiro de 2023.

De forma que, seguindo o contexto do expediente já encaminhado, justifica-se quanto a não conformidade apurada pela Constatação 632524, que os recursos foram detalhados no Relatório de Avaliação do Cumprimento de indicadores e metas previstos no termo de contratualização, avaliado pela comissão de contratualização. A comissão de contratualização tem em sua composição o Conselho Municipal de Saúde - CMS e conta com seus representantes nas reuniões da comissão.

Informamos que todos os processos contidos nos sistemas de informação Gerenciador de Indicadores, Compromissos e



Metas-GEICOM e no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde-SIGRES atinentes à época auditada encontram-se regulares, não tendo prestação de contas pendentes no sistema GEICOM, tendo sido realizados ou normalizados todos os processos de prestação de contas.

Esclarecemos que devido à excepcionalidade vigente na época dos fatos e devido ao volume das informações prestadas e aumento do volume dos recursos repassados de forma excepcional, o Setor de Prestação de Contas não contava com recursos humanos necessários, estando atrasado na análise e avaliação das prestações de contas.

Importante mencionar que foram designados novos servidores para o setor de Prestação de Contas como forma de regularização e normalização do serviço.

Assim, vislumbra-se que apesar de terem sido apuradas as constatações não conformes, todas elas estão justificadas, comprovando que não houve prejuízo ou que foi dado cumprimento à determinação legal pertinente de cada tema auditado, razão pela qual não há motivos persistentes para manutenção das penalidades contidas no Relatório Preliminar.

Diante do exposto, requer-se apreciação dos fatos alegados acima. De forma a serem aceitas as justificativas apresentadas, em sua integralidade, eximindo o Município de Pará de Minas, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e do Secretário Municipal de Saúde, Sr. W.M.S., de quaisquer penalidades administrativas.

Na certeza do deferimento das razões apresentadas, reiteramos nossos votos de estima e elevada consideração, estando à disposição de V.Sa., para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

W.M.S./Secretário Municipal de Saúde.

2 - Por meio do ofício da Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas número 41/2023 datado de 02 de Fevereiro de 2023/Assunto - Apresentação de Razões Recursais ao Relatório Preliminar de Auditoria - Ofício SES/AUDSUS nº 562/2022 - PROCESSO nº 1320.01.0139337/2020-47 - Auditoria realizada no Hospital Nossa Senhora da Conceição e Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas, a SMS/Pará de Minas (Pessoa Física), se manifesta da seguinte forma:

Com cordiais cumprimentos e após recebimento do Ofício SES/AUDSUS nº 562/2022 e 561/2022 - Processo nº 1320.01.0139337/2020-47, cujo teor encaminha o Relatório Preliminar de Auditoria, realizada in loco no Hospital Nossa Senhora da Conceição e Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas, e tendo em vista a existência de constatações não conformes, vimos por meio deste, apresentar razões recursais para justificar as não conformidades e requerer a inaplicabilidade de penalidades.

Primeiramente, no que se refere a não conformidade apurada pela Constatação nº 632524, os recursos foram detalhados no Relatório de Avaliação do Cumprimento de indicadores e metas previstos no termo de contratualização, avaliado pela comissão de contratualização. A comissão de contratualização tem em sua composição o Conselho Municipal de Saúde - CMS e conta com seus representantes nas reuniões da comissão.

Informamos que todos os processos contidos nos sistemas de informação Gerenciador de Indicadores, Compromissos e Metas-GEICOM e no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde-SIGRES atinentes à época auditada encontram-se regulares, não tendo prestação de contas pendentes no sistema GEICOM, tendo sido realizados ou normalizados todos os processos de prestação de contas.

Esclarecemos que devido à excepcionalidade vigente na época dos fatos e devido ao volume das informações prestadas e aumento do volume dos recursos repassados de forma excepcional, o Setor de Prestação de Contas não contava com recursos humanos necessários, estando atrasado na análise e avaliação das prestações de contas. Importante mencionar que foram designados novos servidores para o setor de Prestação de Contas como forma de regularização e normalização do serviço.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Assim, vislumbra-se que apesar de terem sido apuradas as constatações não conformes, todas elas estão justificadas, comprovando que não houve prejuízo ou que foi dado cumprimento à determinação legal pertinente de cada tema auditado, razão pela qual não há motivos persistentes para manutenção das penalidades contidas no Relatório Preliminar.

Diante do exposto, requer-se apreciação dos fatos alegados acima. De forma a serem aceitas as justificativas apresentadas, em sua integralidade, eximindo o Município de Pará de Minas, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e do Secretário Municipal de Saúde, Sr. W.M.S., de quaisquer penalidades administrativas.

Na certeza do deferimento das razões apresentadas, reiteramos nossos votos de estima e elevada consideração, estando à disposição de V.Sa., para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

W.M.S./Secretário Municipal de Saúde.

Análise da Justificativa: Avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, corroboradas com fatos novos apresentados e comprovação do saneamento da não conformidade, opta a equipe de auditores pelo acatamento das justificativas apresentadas, considerando-as suficientes para afastar a não conformidade apontada, bem como eximir a entidade auditada de qualquer penalidade referente à esta constatação.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PARA DE MINAS - FMS PARA DE MINAS	02.884.794/0001-29

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 632533

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas promoveu os ajustes no PMS e a PAS inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas elaborou e realizou os ajustes necessários no Plano Municipal de Saúde, explicitando no mesmo, Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19. O item de número 1.12, apresenta como objetivo, reorganizar a rede de atenção à saúde, estruturando os serviços de vigilância em saúde e assistência, garantindo os recursos necessários para enfrentamento das demandas provenientes da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19, com 50 (cinquenta) metas detalhadas.

O Plano Municipal de Saúde, com as ações de enfrentamento COVID-19, foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde de Pará de Minas, através da Resolução nº 07/2020, de 01/07/2021, que dispõe sobre a aprovação da inclusão das ações e metas para o enfrentamento da covid-19, a serem incluídas no Plano Municipal de Saúde 2018-2021 do município de Pará de Minas e dá outras providências. A referida resolução foi publicada no diário municipal www.diariomunicipal.com.br/amm-mg.

Nas Programações Anuais de Saúde 2020 e 2021, constam objetivos e metas, visando enfrentamento das demandas decorrentes da COVID-19. A PAS 2020, foi aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, através da Resolução nº 04/2020, em 20 de maio de 2020; a PAS 2021, foi aprovada conforme Resolução do CMS/Pará de Minas nº 02/21, datada de 27 de janeiro de 2021 e ata de reunião extraordinária do CMS/Pará de Minas, realizada por videoconferência, datada de 27/01/2021.

Constam na PAS E PMS/Pará de Minas, no Objetivo 1.12, item-1.12-50, a solicitação ao setor de orçamento da prefeitura,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



criação de fichas orçamentárias exclusivas para a vinculação das despesas executadas para enfrentamento da COVID-19.

Constatação de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, § 3º, inciso I, critérios a, b, c, d, e, f, g, incisos II e III e § 7º; NOTA TÉCNICA nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3

Fonte da Evidência: - Plano Municipal de Saúde de Pará de Minas, período 2018/2021;
- Resolução nº 07/2020, de 01 de julho de 2020;
- Programação Anual de Saúde/2020/Pará de Minas;
- Resolução nº 04/20, de 20 de maio de 2020;
- Programação Anual de Saúde/2021/Pará de Minas;
- Resolução nº 02/21, de 27 de janeiro de 2021;
- Ata de reunião ordinária do CMS/Pará de Minas, de 27 de janeiro de 2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 632625

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: A Secretaria Municipal Saúde de Pará de Minas, apresentou parcialmente os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA's) ao CMS e à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19.

Evidência: A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas elaborou os RDQA's, referentes ao 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2020, nos quais constam definidos objetivos, metas e indicadores, referentes ao enfrentamento das demandas provenientes da emergência de saúde pública decorrentes da COVID-19. Os RDQA's referentes aos 1º e 2º quadrimestres, foram apresentados ao Conselho Municipal de Saúde no dia 04 de Novembro de 2020, à Câmara Municipal de Pará de Minas no dia 26 de Outubro de 2020 e a Comissão Permanente em 21 de outubro de 2020, conforme cópias de atas e relatórios apresentados.

No entanto, não consta registro de apresentação do RDQA referente ao 3º quadrimestre de 2020 ao CMS/Pará de Minas e a Câmara Municipal de Pará de Minas. O RDQA do 3º quadrimestre está sem o parecer do CMS/Pará de Minas (páginas 67 e 68) e não foi apresentado pelo gestor municipal cópia de documento comprobatório, referente a apresentação do RDQA à Câmara de Vereadores e ao Conselho Municipal de Saúde.

Constatação em desacordo com Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título IV, art. 100 incisos I, II, III; NOTA TÉCNICA nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: - 1º RDQA 2020;
- 2º RDQA 2020;
- 3º RDQA 2020;
- Folder/Convite de reunião Ordinária da Câmara Municipal de Pará de Minas, de 26/10/2020;
- Cópia de ata, reunião ordinária do CMS/Pará de Minas realizada por videoconferência, de 04/11/2020;
- Cópia de Relatório das Comissões Permanentes/1º e 2º relatório detalhado do quadrimestre anterior/RDQA's/2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1-Por meio dos ofícios da Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas número 57/2023 datado de 17 de Fevereiro de 2023 e número 41/2023 datado de 02 de fevereiro de 2023 / Assunto-Apresentação de Razões Recursais ao Relatório Preliminar de Auditoria-Ofício SES/AUDSUS nº 561/2022- PROCESSO nº 1320.01.0139337/2020-47- Auditoria realizada no Hospital Nossa Senhora da Conceição e Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas, a SMS/Pará de Minas, Pessoa Jurídica e Pessoa Física, manifestaram-se da seguinte forma:

Quanto a Constatação nº 632625, o 3º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior RDQA de 2020 foi enviado ao



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Conselho Municipal de Saúde-CMS através do sistema DIGISUS no dia 08 de março de 2021 e a cópia física foi entregue no dia 12 de março de 2021, materializado por meio de Ofício nº 44/2021, bem como foi encaminhado para a Câmara Municipal no dia 12 de março de 2021, materializado por meio do Ofício nº 45/2021.

A apresentação do 3º RDQA estava agendada para a data de 08 de março de 2021 e devido ao estado de calamidade pública, a Câmara Municipal solicitou adiamento da reunião para o dia 10 de maio de 2021, às 19 horas, na Casa legislativa, onde foi devidamente apresentado em audiência pública e no CMS foi apresentado de forma virtual no dia 18 de março de 2021.

Análise da Justificativa: Considerando que foi apresentado cópia do 3º RDQA's de 2020 com seus campos devidamente preenchidos, e diante da informação prestada pelo auditado de que no dia 10 de maio de 2021, às 19 horas, na Casa legislativa, foi devidamente apresentado em audiência pública o 3º RDQA's 2020 e ainda, apresentada ao Conselho Municipal de Saúde de forma virtual no dia 18 de março de 2021, a equipe de auditores considera as mesmas suficientes para afastar a não conformidade apontada, bem como eximir a entidade de qualquer aplicação de penalidade por esta constatação.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PARA DE MINAS - FMS PARA DE MINAS	02.884.794/0001-29

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 632694

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento RAG

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: O RAG 2020 contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Evidência: A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas apresentou cópia do Relatório Anual de Gestão(RAG) de 2020, no qual constam descrição de metas, indicadores de monitoramento e avaliação de meta referentes a reorganização da rede, de atenção à saúde, visando a estruturação dos serviços de vigilância em saúde e assistência, garantindo os recursos necessários para enfrentamento das demandas provenientes da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19(páginas 31 e 32).

Constam registrados no RAG/2020, nas páginas 69, 70, 71, 72 e 73, demonstrativo de transferências de recursos advindos da união, recursos próprios e estadual, para aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública/COVID-19 e ainda, quadro demonstrativo das despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência/COVID-19, referente aos recursos da união, estado e município.

Ressalta-se o registro na página 71 do RAG/20, no qual estão descritas e detalhadas as despesas executadas para enfrentamento da COVID-19, com data de referência, procedimento administrativo de compra-PRC, objeto contratado, fornecedor e valor global.

Constatação de acordo com a Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV; Lei Complementar nº 141/2012 art. 31 inciso II art. 36 § 1º e art. 39 § 4º; Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título IV, Capítulo I, art. 99, § 1º, incisos I a IV; Decreto Federal nº 1.651/1995 art. 6º § 3º incisos I, II, III e IV; Portaria GM/MS nº 1.666 de 01/07/2020, art. 6º; DECRETO nº 45.468, de 13/09/2010, art. 21, § 5º.

Fonte da Evidência: - Relatório Anual de Gestão(RAG) 2020/Pará de Minas.

Conformidade: Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 651903

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas não promoveu a devida alteração / complementação da LDO para identificar as ações, programas e despesas para enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Analisando a documentação contábil e financeira solicitada à entidade auditada (constante do Ofício de Notificação de auditoria), incluída no SEI e disponibilizada para verificação in loco, mais especificamente a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 e a Lei Orgânica Municipal, constatou-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas não promoveu a devida alteração/complementação da LDO para identificar as ações, programas e despesas para enfrentamento da COVID-19, não constando nenhuma referência sobre o tema.

Constatação em desconformidade com o Decreto Federal Nº 10.360/2020, artigo 1º, incisos I, II e III e Instrução Normativa nº 41/2020, artigo 2º, incisos I, II e III, alíneas a, b e c.

Fonte da Evidência: - Cópia da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2021 - Lei Municipal nº 6.444/2020;
- Cópia da LOA - Lei Orgânica Municipal.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do ofício da Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas número 57/2023 datado de 17 de fevereiro de 2023 e Ofício número 41/2023, datado de 02 de fevereiro de 2023/Assunto - Apresentação de Razões Recursais ao Relatório Preliminar de Auditoria - Ofício SES/AUDSUS nº 561/2022 - PROCESSO nº 1320.01.0139337/2020-47 - Auditoria realizada no Hospital Nossa Senhora da Conceição e Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas, a SMS/Pará de Minas Pessoa Jurídica e Pessoa Física, se manifestaram da seguinte forma:

No que se refere a Constatação nº 651903, a evidência de intercorrência está fundamentada na Lei Municipal nº 6.444 de 02 de julho de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária, que deve ser aprovada pela Câmara Municipal, aonde constará o orçamento para o exercício financeiro seguinte, no caso, para o ano de 2021. Todavia, há possibilidade de alteração dos anexos da lei, onde o teor de seus artigos não muda, apenas serão alterados os descritivos das despesas previstas para o exercício financeiro, contido em seus anexos, mediante apresentação de justificativas das despesas que poderão ser incorporadas para o próximo ano.

Como o enfrentamento do coronavírus foi dinâmico e seguiu os regramentos e diretrizes informados pelo Ministério da Saúde, por meio do Decreto Federal nº 10.360/200 e IN 41/2020, e cientes da necessidade e obrigatoriedade de inserção das ações na Lei Orçamentária, foi proposta alteração nos anexos referentes ao custeio da Secretaria Municipal de Saúde, tendo sido publicada a Lei Municipal nº 6525 de 28 de dezembro de 2020, com inserção das despesas para enfrentamento do coronavírus, conforme disponível em acesso em 02.fev.2023. Veja, recorte do anexo citado: (RECORTE DO ANEXO DA LEI 6525/2020, ENCONTRA-SE NOS ANEXO 2, NESTE RELATÓRIO, CONSIDERANDO TRATAR-SE DE UMA PLANILHA QUE NÃO FOI POSSÍVEL COPIAR PARA ESTE CAMPO NO SISAUD).

De forma que a Lei Municipal nº 6.444/2020, citada no Relatório Preliminar, como evidência para aplicação de penalidade, teve seus anexos alterados pela publicação da Lei Municipal nº 6525/2020, fazendo constar a previsão orçamentária para enfrentamento do coronavírus, comprovando o cumprimento das determinações legais, pelo município de Pará de Minas, razão pela qual, não faz jus a aplicação de nenhuma penalidade.

Análise da Justificativa: Avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas pela entidade auditada, corroborada com a documentação citada (e acostada aos autos), anteriormente não apresentada à equipe de auditores, opta esta equipe pelo acatamento das justificativas apresentadas, considerando as mesmas suficientes para afastar a não conformidade apontada, bem como eximir a entidade de qualquer aplicação de penalidade por esta constatação.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARÁ DE MINAS - FMS PARA DE MINAS

02.884.794/0001-29

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 23/12/2022

Ofício Nº: 5612022

Data: 23/12/2022

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Jurídica Wagner Magesty Silveira Secretario Municipal de Saúde

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 23/12/2022

Ofício Nº: 5622022

Data: 23/12/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF: _____ Nome: _____ Cargo: _____ Início: _____ Término: _____

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Física

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº 561/2022 datado de 23 de dezembro de 2022, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria nº 633/2021, ao Secretário Municipal de Saúde de Pará de Minas, Sr.W.M.S, representante legal da entidade auditada, para conhecimento e manifestação acerca das não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de auditoria. O Relatório Preliminar foi recebido em em 27/02/2023, pela Sra. A.C.T.M, através do email anameytre@parademinas.mg.gov.br. , às 10.33 horas. O Relatório foi enviado por email, considerando as tentativas de entregas através dos AR"s, BR 453926790-BR e BR 95253867 3 BR, porém devolvidos pelo correio.

Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº 562/2022, datado de 23 de dezembro de 2022, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria ao Sr.W.M.S, pessoa física, para conhecimento e manifestação das não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria, o qual foi recebido em 13 de janeiro de 2023, conforme AR nº BR 45392733 6 BR. Transcorrido o prazo legal, houve manifestação por parte da Secretaria Municipal de Saúde Pará de Minas de seu representante legal Sr.W.M.S, e da pessoa física, Sr.W.M.S. A manifestação foi apresentada através dos Ofícios números 041/2023, datado de 02 de fevereiro de 2023 e número 57/2023, datado de 17 de fevereiro de 2023.

A manifestação foi encaminhada tempestivamente para a equipe responsável pela auditoria, sendo a mesma analisada, resultando na elaboração do Relatório Final de Auditoria.

VIII - CONCLUSÃO

Em auditoria realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas, com objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19, conforme análise da documentação solicitada e apresentada pelo auditado, do período março de 2020 a março de 2021, a equipe de auditores constatou que a Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas cumpriu com legislação e normas vigentes, visando o enfrentamento da Covid-19.

Verificado que houve controle, monitoramento, regulação, acompanhamento e avaliação das ações e serviços de saúde prestados, para atendimento aos usuários do SUS, visando o enfrentamento da situação de emergência para Covid-19. Verificou-se ainda, que os Instrumentos de Gestão (no Plano Municipal de Saúde (PMS) e Programação Anual de Saúde(PAS)) foram ajustados, inserindo ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19, conforme legislação vigente.



A Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas, celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital Nossa Senhora da Conceição para repasse de recursos financeiros, aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos e os processos de pagamentos estão em conformidade com os instrumentos jurídicos formalizados e com a legislação vigente.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamento do Relatório Final de Auditoria nº 633 PARA CONHECIMENTO:

1-Ofício de Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria a Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas;

2-Ofício de Encaminhamento de Relatório Final ao Sr. W.M.S.

Transcorridos todas as fases e comunicados os resultados finais do processo administrativo, será dado ciência:

1- A Superintendência Regional de Saúde de Divinópolis;

2- Ao Conselho Municipal de Saúde de Pará de Minas.





IX - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome

CPF





X - ANEXOS

Anexo 01-Recursos Financeiros Transferidos do FMS Pará de Minas ao HNSC

ANEXO 01 – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Pará de Minas ao Hospital Nossa Senhora da Conceição no período de março de 2020 a maio de 2021.

[illegible]



ANEXO 2- ANALISE JUSTIFICATIVA IMAGEM 1/RECORTE LEI 6525/2020



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Doutor Aloísio Procópio Lobato de Menezes, nº 1046, bairro Senador Valadares,
Pará de Minas/MG – CEP: 35661-028 / Telefone: (37) 3233-5804

Pará de Minas, 17 de fevereiro de 2023.

Ofício nº 57/2023

À Assessoria de Auditoria Assistencial do SUS-MG

Secretaria Estadual de Saúde – SES/MG

A/C Senhor Alex Rodrigues do Nascimento

Assunto: Apresentação de Razões Recursais ao Relatório Preliminar de Auditoria – Ofício SES/AUDSUS nº 561/2022 – PROCESSO nº 1320.01.0139337/2020-47 – Auditoria realizada no Hospital Nossa Senhora da Conceição e Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas.

Prezado Senhor Auditor,

Com os cordiais cumprimentos e após recebimento do Ofício SES/AUDSUS nº 561/2022 – PROCESSO nº 1320.01.0139337/2020-47, cujo teor encaminha o Relatório Preliminar de Auditoria, realizada in loco no Hospital Nossa Senhora da Conceição e Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas, e tendo em vista a existência de constatações não-conformes, vimos por meio deste, apresentar razões recursais para justificar às não-conformidades e requerer a inaplicabilidade de penalidades.

Primeiramente, cumpre ressaltar que, o Ofício SES/AUDSUS nº 562/2022, encaminhado para a pessoa física do Secretário Municipal de Saúde, já foi respondido pelo Ofício nº 41/2023, protocolado no SEI mediante recibo eletrônico de protocolo nº 60220364, em 03 de fevereiro de 2023.

De forma que, seguindo o contexto do expediente já encaminhado, justifica-se quanto a não conformidade apurada pela **Constatação nº 632524**, que os recursos foram detalhados no Relatório de Avaliação do Cumprimento de indicadores e metas previstos no termo de contratualização, avaliado pela comissão de contratualização. A comissão de contratualização tem em sua composição o Conselho Municipal de Saúde – CMS e conta com seus representantes nas reuniões da comissão.

Informamos que todos os processos contidos nos sistemas de informação Gerenciador de Indicadores, Compromissos e Metas – GEICOM e no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde – SIGRES atinentes à época auditada encontram-se regulares, não tendo prestação de

Página 01/03



ANEXO 2- ANALISE JUSTIFICATIVA IMAGEM 1/RECORTE LEI 6525/2020

contas pendentes no sistema GEICOM, tendo sido realizados ou normalizados todos os processos de prestação de contas.

Esclarecemos que devido à excepcionalidade vigente na época dos fatos e devido ao volume das informações prestadas e aumento do volume dos recursos repassados de forma excepcional, o Setor de Prestação de Contas não contava com recursos humanos necessários, estando atrasado na análise e avaliação das prestações de contas. Importante mencionar que foram designados novos servidores para o setor de Prestação de Contas como forma de regularização e normalização do serviço.

Quanto a **Constatação nº 632625**, o 3º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA de 2020 foi enviado ao Conselho Municipal de Saúde – CMS através do sistema DIGISUS no dia 08 de março de 2021 e a cópia física foi entregue no dia 12 de março de 2021, materializado por meio do Ofício nº 44/2021, bem como foi encaminhado para Câmara Municipal no dia 12 de março de 2021, materializado por meio do Ofício nº 45/2021.

A apresentação do 3º RDQA estava agendada para a data de 08 de março de 2021 e devido ao estado de calamidade pública, a Câmara Municipal solicitou adiamento da reunião para o dia 10 de maio de 2021, às 19 horas, na casa legislativa, onde foi devidamente apresentado em audiência pública e no CMS foi apresentado de forma virtual no dia 18 de março de 2021.

Por último, no que se refere a **Constatação nº 651903**, a evidência de intercorrência está fundamentada na Lei Municipal nº 6.444 de 02 de julho de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária, que deve ser aprovada pela Câmara Municipal, aonde constará o orçamento para o exercício financeiro seguinte, no caso, para o ano de 2021. Todavia, há possibilidade de alteração dos anexos da lei, onde o teor de seus artigos não muda, apenas serão alterados os descritivos das despesas previstas para o exercício financeiro, contidos em seus anexos, mediante apresentação de justificativas das despesas que poderão ser incorporadas para o próximo ano.

Como o enfrentamento do coronavírus foi dinâmico e seguiu os regramentos e diretrizes informados pelo Ministério da Saúde, por meio do Decreto Federal nº 10.360/200 e IN 41/2020, e cientes da necessidade e obrigatoriedade de inserção das ações na Lei Orçamentária, foi proposta alteração nos anexos referentes ao custeio da Secretaria Municipal de Saúde, tendo sido publicada a Lei Municipal nº 6.525 de 28 de dezembro de 2020, com a inserção das despesas para enfrentamento do coronavírus, conforme disponível em <<https://parademinas.mg.gov.br/apps/biblioteca-arquivos/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Or%C3%A7amento%202021/Lei%20Orçamentaria%20Anual%202021.pdf>> acesso em 02 fev. 2023. Veja, recorte do anexo citado:

Página 02/03



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO 2- ANÁLISE JUSTIFICATIVA IMAGEM 1/RECORTE I LEI 6525/2020

UNIDADE: 0289 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS
10	SAÚDE			
10 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
10 122 0001	APOIO ADMINISTRATIVO			
10 122 0001 2.088	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE SAÚDE		24.000,00	
10 122 0001 2.309	MANUTENÇÃO DO CONTROLE, REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO, AUDITORIA		131.000,00	
10 122 0001 2.310	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA OLVIDORIA		8.000,00	
10 122 0001 2.334	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS GERAIS-SMS		1.340.000,00	
10 122 0001 2.340	MANUTENÇÃO AT. CONSELHO M. POLÍTICAS S/DROGAS-COMAD		4.000,00	
10 122 0014	DIVULGAÇÃO DE FATOS, ATOS E OBRAS GOVERNAMENTAIS			
10 122 0014 2.101	DIVULGAÇÃO FATOS, ATOS E OBRAS GOVERNAMENTAIS-SAÚDE		60.000,00	
10 122 0022	ATENÇÃO À SAÚDE DA COMUNIDADE			
10 122 0022 2.388	ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS		778.000,00	
10 272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO			
10 272 0001	APOIO ADMINISTRATIVO			
10 272 0001 2.102	CONTRIBUIÇÃO P/ O INSS - AUTÔNOMO - SAÚDE		4.000,00	

© ACADEMIA DE GESTÃO PÚBLICA

emitido em 29/12/2020 às 16:51 por Maria Jose de Paula SecNUT-RMS

versão: 1.155

Imagem 01: recorte do anexo da Lei nº 6.525 de 28 de dezembro de 2020.

De forma que, a Lei Municipal nº 6.444/2020, citada no Relatório Preliminar, como evidência para aplicação de penalidade, teve seus anexos alterados pela publicação da Lei Municipal nº 6.525/2020, fazendo constar a previsão orçamentária para enfrentamento do coronavírus, comprovando o cumprimento das determinações legais, pelo Município de Pará de Minas, razão pela qual, não faz jus a aplicação de nenhuma penalidade.

Assim, vislumbra-se que apesar de terem sido apuradas às constatações não-conformes, todas elas estão justificadas, comprovando que não houve prejuízos ou que foi dado cumprimento à determinação legal pertinente de cada tema auditado, razão pela qual não há motivos persistentes para manutenção das penalidades contidas no Relatório Preliminar.

Diante o exposto, requer-se apreciação dos fatos alegados acima, de forma a serem aceitas às justificativas apresentadas, em sua integralidade, eximindo o Município de Pará de Minas, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e do Secretário Municipal de Saúde, Sr. Wagner Magesty Silveira, de quaisquer penalidades administrativas.

Na certeza do deferimento das razões apresentadas, reiteramos nossos votos de estima e elevada consideração, estando à disposição de V.Sa. para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Wagner Magesty Silveira
Secretário Municipal de Saúde



ANEXO 2- ANALISE JUSTIFICATIVA IMAGEM 1/RECORTE LEI 6525/2020

